

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Perdas e ganhos com o petróleo	2
Título: Dedo na tomada	4
Título: ANP pedirá que Petrobras devolva 100 áreas	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Unificação de ICMS pode matar indústria paulista de etanol	5
Título: Entressafra da cana será mais longa e preços sobem antes.....	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Santo Antônio pede para não pagar taxa de transmissão.....	8
VEÍCULO: Correio Braziliense	9
Título: Polêmica sobre o diesel	9
VEÍCULO: Valor Econômico.....	10
Título: Pendências ficam para próximo governo	10
Título: Para Brookfield, novos investimentos dependem de condições regulatórias	12
Título: Barril sobe, mas petroleiras querem manter custo baixo	13
Título: Time econômico de Bolsonaro se fecha em copas após polêmicas tributárias	15
Título: Trump acusa Opep de roubar o mundo e ataca 'ideologia do globalismo'	17
Título: Petróleo tem maior cotação em 4 anos e fôlego para subir mais	21
Título: Prazo apertado pressiona leilão de ativos da Eletrobras.....	22
Título: Divisão entre sócios de Santo Antonio	25
Título: Cemig fará leilão de compra de eólica e solar	27
Título: Aneel decide tomar da Eletrosul concessão de transmissão no RS.....	28
Título: Petrobras inclui ação PN de Braskem em acordo de acionistas	29

Título: Bradespar e Litel vão pagar R\$ 2,82 bi a Daniel Dantas	32
Título: Alta da gasolina continua a 'turbinar' vendas de etanol	34

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Perdas e ganhos com o petróleo

O petróleo tem subido de forma constante. Quando atinge um novo patamar, a cotação oscila um pouco, mas não volta ao ponto anterior e, segundo executivos do setor, vai continuar assim. A alta do petróleo e do dólar, por causa da eleição, aumentará o custo do subsídio ao diesel. Além disso, há outros problemas no setor de óleo e gás que exigirão um entendimento da questão maior do que demonstram ter alguns dos candidatos à frente nas intenções de votos.

A produção do Irã está em queda e a dos dois maiores fornecedores, Arábia Saudita e Rússia, não está aumentando. Por isso, o cenário mais provável é de preços elevados, talvez indo em direção aos US\$ 100. Esse é um bom momento para atrair mais investidores para o pré-sal brasileiro, área que tem sido considerada uma das fronteiras mais competitivas de exploração e produção do mundo.

Se o Brasil tiver uma política de hostilidade aos investidores, perderá de novo a chance, como aconteceu entre 2008 e 2013, quando o PT suspendeu por cinco anos os leilões para mudar as regras para o regime de partilha.

Na sexta-feira, haverá a 5- Rodada de leilão do pré-sal, no regime de partilha, e grandes empresas de vários países do mundo se inscreveram para participar. Estarão presentes BP, Chevron, Shell, Total, Equinor (ex-Statoil), Exxon, e duas grandes chinesas. Há uma extrema incerteza sobre o que acontecerá no Brasil neste setor a partir de 2019, mas elas vieram. Por quê?

A explicação no mercado é que houve retirada de alguns dos obstáculos, por exemplo, o alto conteúdo nacional dos equipamentos e a obrigatoriedade de a Petrobras ser a operadora única do pré-sal. Isso estava nas regras criadas pelo PT e foram alteradas pelo governo Temer. Com isso, aumentou o interesse dos investidores. A própria Petrobras ficou com mais flexibilidade.

— Dos quatro blocos que foram ofertados, a Petrobras só demonstrou interesse em um.

Isso mostra a grande diferença entre ter a obrigatoriedade ou não. Ela seria obrigada a participar de outros três, apesar de não ter interesse — disse o especialista em petróleo da Tendências Consultoria, Walter de Vitto. Fontes da empresa confirmam que a flexibilidade é um ganho para a Petrobras. E se as regras mudarem pelo novo governo?

Os estrangeiros vieram porque o desembolso inicial é pequeno, o maior gasto é ao longo da maturação do projeto. Se o país tomar a trilha errada, mais uma vez, basta eles desistirem dos investimentos. O risco de o país tomar o caminho errado agora é que pode não haver outra chance. — O pico da demanda era em 2050, depois foi revisado para 2040, agora já calculam que será em 2030, portanto, a procura por petróleo tende a começar a cair mais cedo do que se imaginava, a hora de produzir é agora — diz um dirigente da Petrobras.

O consultor Walter de Vitto acha que mesmo que o consumo de energia se altere nas próximas décadas a indústria de petróleo continuará forte por algum tempo: — Esses leilões do pré-sal podem garantir uma boa curva de crescimento de produção para os próximos 10 anos.

Há uma consequência da alta do petróleo que cria um dilema urgente para o Brasil. O subsídio ao diesel termina no fim do ano e o novo governo o que fará? Perguntados, os candidatos dão respostas insuficientes, mas isso é uma bomba que vai estourar no colo do próximo governo.

O PT afirma em seu programa que a política de preços será "reorientada", para criar "um preço estável e acessível para os combustíveis". Isso significa voltar o subsídio a todos os derivados de petróleo que ajudou a arruinar as contas da empresa. O programa de Bolsonaro diz que os preços internos vão seguir os do mercado internacional, mas "suavizados com mecanismos de hedge". O candidato, quando foi perguntado sobre isso na Globonews, deu uma resposta confusa e falou até em vender a Petrobras para resolver o problema do preço do diesel. Voltou atrás depois.

O candidato Ciro Gomes disse que não vai seguir preços internacionais. A pessoa que for eleita terá que decidir, assim que assumir, o que fazer com o subsídio ao diesel. Mais importante será definir uma política para a Petrobras e o petróleo em momento em que somos muito produtivos, mas a queda do consumo já está na linha do horizonte.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/09/2018

Seção: Coluns

Autor: Ancelmo Gois

Título: Dedo na tomada

Três letrinhas (GSF: acrônimo em língua inglesa de Generation Scaling Factor) continuam tirando o sono de grandes hidrelétricas brasileiras. Elas participam compulsoriamente desse mecanismo de realocação de energia e terminam arcando com uma fatura bilionária — estimada por fonte do setor em uns R\$ 25 bilhões este ano.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/09/2018

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: ANP pedirá que Petrobras devolva 100 áreas

Estatul terá 90 dias para decidir se quer desenvolver ou se desfazer de campos. Objetivo da medida é estimular pequenas e médias empresas. Em evento do setor, petroleiras discutem incerteza sobre futuro do subsídio ao diesel

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) vai notificar a Petrobras para que a estatal devolva ou leiloe áreas de petróleo em terra e no mar por não estar investindo o suficiente no desenvolvimento dos campos. Segundo uma fonte, são mais de cem blocos, numa lista que inclui áreas na Bacia de Campos, segunda maior região produtora do país.

Em palestra na Rio Oil & Gas, o diretor da ANP, Aurélio Amaral, a Petrobras será notificada já nesta semana. A partir disso, ela terá 90 dias para decidir o futuro das áreas. Segundo ele, a companhia terá de devolver essas áreas à ANP ou pedir ao órgão regulador que seja feito um leilão para que esses campos sejam vendidos ao mercado:

— Sabemos que a Petrobras está se concentrando no pré-sal e, por isso, coloca alguns campos em segundo plano. O objetivo da medida é estimular o investimento entre as pequenas e médias empresas do setor e estimular a indústria.

A quantidade de áreas a devolver vai depender dos planos da Petrobras, já que ela poderá apresentar um plano de desenvolvimento dos campos. Hoje, 641 poços produzem 1.700 barris de petróleo por dia, enquanto outros 86 poços, a maior parte do pré-sal, extraem 17 mil barris diários.

Durante o evento do setor de petróleo, as empresas mostraram preocupação com o subsídio do diesel, que acaba em 31 de dezembro. Com o petróleo na faixa de US\$ 80, ainda não há definição sobre uma eventual nova política para minimizar o impacto no preço do combustível. O receio é que a indefinição dê margem a crises, como a greve dos caminhoneiros, em maio.

Executivos destacam ainda a incerteza eleitoral. O presidente da Brookfield, empresa com R\$80 bilhões em gestão no Brasil e dona da rede de gasodutos NTS, Henrique Carsala de Martins, defendeu políticas claras para o setor:

— É difícil tomar decisão de investimento nesse ambiente. Temos recursos para investir no mundo, mas a quantia que virá para o Brasil, vai depender do momento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Unificação de ICMS pode matar indústria paulista de etanol

Secretário de Fazenda de SP diz que indústria local não seria competitiva sem os atuais benefícios tributários

Rio de Janeiro- A unificação das alíquotas de ICMS dos combustíveis pode matar a indústria paulista de produção de etanol, disse nesta terça-feira (25) o secretário de Fazenda de São Paulo, Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho.

O governo paulista é um dos principais opositores da proposta, que é defendida pelo setor de combustíveis.

A proposta prevê a implantação de alíquotas em reais por litro, em vez de percentuais sobre as vendas, com todos os estados praticando os mesmos valores para cada combustível.

Carvalho argumenta que, por praticar alíquotas baixas, São Paulo teria de subir a carga tributária para se adequar.

"Do ponto de vista de arrecadação, isso seria ótimo. Mas seria ruim do ponto de vista da competitividade da nossa indústria", disse o secretário, em palestra na feira Rio Oil & Gas.

"Uniformizar as alíquotas cria enorme risco de matar a indústria do etanol."

São Paulo é um dos cinco estados brasileiros onde as vendas de etanol têm grande vantagem tributária sobre os outros combustíveis — a alíquota é de 12%, contra 25% da gasolina.

A decisão de reduzir a cobrança sobre o biocombustível foi tomada em 2005, com o objetivo de enfrentar sonegações.

A proposta do setor de combustíveis é que o valor do ICMS unificado seja definido com base na média ponderada das alíquotas em todos os estados.

Carvalho diz que, se for acatada, a carga tributária estadual sobre gasolina e diesel subiria 24% e 63%, respectivamente. "É muito difícil que isso aconteça", afirmou.

O setor de combustíveis ganhou apoio de alguns estados após decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que permitiu a cobrança de ressarcimento, por postos, de valores pagos a mais de ICMS.

Isso ocorre porque a cobrança é feita sobre um valor de venda estimado, chamado PMPF (preço médio ponderado ao consumidor final).

O PMPF é calculado a cada 15 dias com base em pesquisas nos postos. Sobre ele, incide a alíquota estadual. Se o posto vende gasolina por um valor abaixo do ICMS, ele pode pedir ressarcimento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Marcelo Toledo

Título: Entressafra da cana será mais longa e preços sobem antes

Ribeirão Preto- As usinas de etanol e açúcar no centro-sul do país estão antecipando a fabricação dos dois produtos na safra deste ano por causa da seca prolongada.

Sem chuva, as colhedoras de cana-de-açúcar tiveram mais condições de acessar as lavouras — o que é impraticável em dias chuvosos. Isso acelerou a colheita.

A produtividade da planta também caiu em razão da estiagem e a projeção da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) é de que a safra atinja cerca de 560 milhões de toneladas de cana, queda de 6,04% em relação às 596 milhões de toneladas previstas inicialmente.

Pode parecer pouco, mas essas 36 milhões de toneladas equivalem praticamente à produção do Paraná todo na safra 2017/18, quinto maior produtor do país e que colheu 37 milhões de toneladas.

O maior produtor é São Paulo, com 357,1 milhões de toneladas na última safra.

"É uma quebra estritamente climática. A área disponível para colheita teve crescimento, mas a oferta será reduzida em 36 milhões de toneladas. Foi estritamente o veranico prolongado e a seca", afirmou o diretor técnico da Unica, Antonio de Padua Rodrigues.

Consequência da antecipação da produção, a entressafra será maior agora.

O período normalmente vai do fim de dezembro a março e, nele, as usinas não moem cana e fazem manutenção das plantas industriais. É, também, o período em que o etanol tradicionalmente sobe de preço.

Rodrigues disse que o início da safra 2019/20 não deverá ser antecipado por causa do fim precoce da atual. As usinas devem iniciar a moagem em meados de abril.

O diretor-técnico afirmou que a oferta de etanol no período deve ser 15% superior à da última entressafra e que algum ajuste deve ocorrer.

"Difícil ter alguma expectativa de que isso aconteça em um curtíssimo prazo. Mas, se continuar a venda no patamar de 2 bilhões de litros por mês, o mercado vai se ajustar lá na frente. Não fortemente, mas sim."

Ainda de acordo com ele, mesmo com o ajuste dificilmente o etanol perderá competitividade com a gasolina.

Desde o início da safra, em abril, e até o último dia 15, foram processadas 430,35 milhões de toneladas, ante 428,32 milhões de toneladas da safra passada.

A diferença é que, segundo dados do CTC (Centro de Tecnologia Canavieira), o canavial rendeu em média 70,73 toneladas de cana por hectare na primeira quinzena de setembro, ante 77,87 toneladas no mesmo período da safra passada.

Os números mostram queda de 9,16% e que é preciso colher mais cana para ter o mesmo rendimento. Essa diferença é que é atribuída à seca.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/09/2018

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Santo Antônio pede para não pagar taxa de transmissão

Concessionária recorreu à Justiça alegando dificuldades financeiras; transmissoras temem que decisão aumente judicialização no setor

Com graves dificuldades financeiras, a concessionária Santo Antônio Energia apresentou à Justiça um pedido para se livrar de pagamentos devidos ao sistema de transmissão de energia, uma solicitação inédita dentro do setor elétrico, acostumado há anos a uma guerra de liminares. A empresa justifica que está à beira da falência. A ação foi negada pela Justiça Federal do Distrito Federal, mas a empresa recorreu ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1) para se livrar dos pagamentos neste mês, que somavam R\$ 169 milhões. Se a decisão for acatada, a concessionária, dona da usina, não será penalizada por ficar inadimplente. A taxa de uso do sistema de transmissão se assemelha a um pedágio: o gerador paga mensalmente para ter acesso às redes de transmissão e, assim, pode entregar energia em qualquer ponto do sistema. Ao não pagar as taxas, os geradores recebem penalidades, como multas e até o desligamento do mercado.

No limite, a usina pode ser punida com a rescisão dos contratos de compra e venda de energia. Essa é a consequência mais grave, pois esses contratos são usados como garantia e isso pode levar ao vencimento antecipado de financiamentos. Ontem à noite, a concessionária informou, em fato relevante, ter obtido decisão favorável no TRF-1 para se livrar de pagamentos devidos no mercado de curto prazo, mas não mencionou se isso incluída também a isenção das taxas de transmissão. A reportagem não teve acesso à decisão. A ação levantou temor no setor, diante da possibilidade de abertura de um precedente perigoso que pode aumentar ainda mais a judicialização no setor. Isso porque o sistema de transmissão de energia funciona como uma espécie de condomínio, em que todos os agentes rateiam as despesas. Se um deixa de pagar, os demais

têm de pagar mais para cobrir os gastos do sistema. Num movimento cascata, outros agentes podem adotar a mesma estratégia, reduzindo cada vez mais a parcela de agentes pagantes.

Defesa. Na ação, a Santo Antônio Energia alega dificuldades financeiras para continuar a pagar suas contas e afirma ter negociado pagamentos parcelados de outras dívidas “para evitar sua quebra”, mas a situação de inadimplência dificulta a renegociação. A empresa diz ainda não ter “disponibilidade financeira” para fazer o pagamento do aporte de garantias financeiras exigido no mercado. O prejuízo acumulado, desde o início da operação em 2007 até dezembro de 2017, segundo a empresa, é de R\$ 3,7 bilhões, e os acionistas já aportaram R\$ 9,3 bilhões, mais que o dobro dos R\$ 4,2 bilhões inicialmente previstos. “Os principais acionistas encontram dificuldades decorrentes da crise fiscal do Estado Brasileiro (39% pertencem a Furnas, estatal federal; 10% à Cemig, estatal estadual; e 20% à FIP Amazônia, dos quais 49,9% pertencem ao FI-FGTS).

Os acionistas minoritários (Andrade Gutierrez 12,4% e Odebrecht 18,6%) também se encontram em dificuldade financeira notoriamente conhecida e noticiada pela mídia nacional”, diz a ação. O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica, Mário Miranda, disse que a falta de pagamentos da Santo Antônio Energia vai onerar outros agentes e até mesmo os consumidores finais. “Imagina se começam a tolerar ou consentem a inadimplência de um determinado agente? Isso sobrecarrega outras empresas.” O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, André Pepitone, reconheceu que a usina passa por dificuldades e que o projeto está estruturalmente desequilibrado, mas disse que qualquer discussão deve necessariamente passar pelo órgão regulador, e não pela Justiça. A Santo Antônio Energia não se pronunciou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/09/2018

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Polêmica sobre o diesel

A Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) discordam sobre o pagamento de R\$ 60 milhões em subsídio do óleo diesel. A estatal acredita que tem esse valor a receber por vender o produto a valores abaixo do praticado no mercado internacional, na primeira semana do programa de subvenção do governo, no início de junho.

A estatal entrou com recurso administrativo na agência para reivindicar o ressarcimento, mas a agência questiona o crédito, segundo o gerente de Marketing e Comercialização da petroleira, Guilherme França. Segundo o executivo, a empresa “nunca teve dúvida de que receberia o subsídio, porque está certa de que está fazendo jus a ele”.

Ressarcimento

Até agora, recebeu cerca de R\$ 1,5 bilhão de ressarcimento, já aprovados pela ANP. Falta ainda uma fatia da terceira fase do programa, relativa às vendas em agosto, que, segundo acredita o gerente da estatal, deve ser liberada ainda em setembro. Além disso, a petroleira deve receber juros Selic por atrasos no pagamento pelo Tesouro.

O programa de subvenção do diesel valerá até 31 de dezembro ou até acabar o orçamento de R\$ 9,5 bilhões definido pelo governo. Ele foi criado em resposta à greve dos caminhoneiros, durante a qual os consumidores questionaram os frequentes reajustes de preços, principalmente, nas refinarias da Petrobras.

Ele alerta para um possível encarecimento brusco do litro de diesel a partir de 1º de janeiro do ano que vem, quando o programa de subvenção perderá a validade. Neste dia, o produto, automaticamente, ficará R\$ 0,30 mais caro, o que, em sua opinião, pode causar um problema de segurança.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/09/2018

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito e Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Pendências ficam para próximo governo

Lideranças da área de energia do governo já dão como inevitável a postergação, para o próximo presidente da República, da discussão de alguns pontos importantes da agenda do setor de óleo e gás, diante da proximidade da transição para o novo mandato. Para além da realização do leilão dos excedentes da cessão onerosa, o secretário de petróleo, gás natural e biocombustíveis do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, João Vicente Vieira, disse que uma das pautas prioritárias do próximo governo será rediscutir a lei que obriga que todas as áreas de menor atratividade, localizadas dentro do polígono do pré-sal, sejam leiloadas sob o regime de partilha.

"A obrigatoriedade do regime de partilha [para todas as áreas localizadas dentro do polígono] afeta a atratividade e economicidade de campos menores, principalmente aqueles no pós-sal, que ficam comprometidos. Temos que tirar a obrigatoriedade da partilha nesses campos", disse Vieira. "Não vamos conseguir fechar a agenda toda, mas adiantamos bastante coisa. Estamos passando o bastão com todo o cuidado possível, é importante que esse bastão não caia", completou o secretário, durante participação na Rio Oil & Gas, ao destacar a importância de o país buscar manter a estabilidade regulatória e avançar na agenda de competitividade da indústria.

O secretário-executivo do MME, Márcio Félix, já havia descartado a possibilidade de realizar o leilão dos excedentes neste ano, devido aos prazos apertados para viabilizar a licitação. Na segunda-feira, ele disse acreditar que, a depender do próximo governo, podem haver pequenas mudanças "para um lado ou para o outro" na licitação, mas que "prevalecerá o bom senso" e o leilão será mantido.

Vieira destacou que o papel da indústria é cobrar a garantia da continuidade dos avanços regulatórios do setor no próximo governo. Citando o fim da operação única da Petrobras no pré-sal e a extensão do Repetro (regime aduaneiro especial para o setor de óleo e gás), ele afirmou que o governo Michel Temer conseguiu avançar com "conquistas importantes", mas que caberá ao seu sucessor tocar algumas pautas prioritárias que ficaram pendentes.

O secretário destacou que, além de resolver o leilão dos excedentes da cessão onerosa e a revisão da lei de partilha, o próximo governo terá que trabalhar outras três pautas prioritárias: ele citou ainda a necessidade de dar maior celeridade ao processo de licenciamento ambiental e a criação de mecanismos de estímulo à competitividade, dentro da política de conteúdo local. E destacou, ainda, a desverticalização da produção de campos de baixa produtividade, hoje concentrados na Petrobras.

"Temos 190 campos operados por ela, Petrobras, que produzem menos de mil barris diários", disse.

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, anunciou que notificará a Petrobras para que ela se manifeste, em até 90 dias, sobre o interesse da empresa em continuar operando uma série de campos terrestres e de águas rasas. Segundo a ANP, existem 241 campos em declínio e cujos contratos vencem em 2025. A companhia deverá reavaliar sua carteira de ativos e definir com quais áreas pretende ficar, quais elas querem devolver à agência e quais ela quer vender.

Se quiser continuar com as áreas, a petroleira deverá apresentar à ANP um plano de desenvolvimento para os ativos, comprometendo-se a investir nas concessões. Já as áreas devolvidas serão relicitadas pela agência. No último caso, se a Petrobras quiser vender os ativos, a estatal deverá concretizar os negócios até o fim do primeiro semestre do ano. Caso contrário, a ANP licitará as áreas.

Oddone comentou também sobre a continuidade dos leilões a partir do ano que vem, num próximo governo. Ele disse que a expectativa é que "o debate ideológico" não afete o progresso, do país. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) já aprovou um calendário de leilões até 2022. Sobre a 5ª Rodada do pré-sal, marcada para sexta-feira, Oddone disse esperar que seja bem-sucedida e que a instabilidade política vivida no país neste momento terá "efeito limitado", sem possibilidade de afetar o desempenho da licitação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner, Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio

Título: Para Brookfield, novos investimentos dependem de condições regulatórias

Com um histórico de investimentos de R\$ 40 bilhões nos últimos anos no Brasil, a canadense Brookfield avalia a expansão em setores em que atua, desde que haja condições regulatórias atrativas. Segundo o presidente da empresa no país, Henrique Martins, porém, são pouco detalhadas as propostas dos candidatos à Presidência na área de energia, principal foco do grupo. Entre as incertezas destacadas pelo executivo, estão a definição do papel da Petrobras e o estabelecimento de um novo marco regulatório para o mercado de gás.

"Continuamos olhando dentro dos nossos próprios negócios com possibilidades de expansão. Os setores em que investimos são os que têm uma demanda reprimida enorme no Brasil. E, se tivermos condições regulatórias e contratos que sejam atrativos do ponto de vista de investimentos, vamos continuar investindo", disse o executivo, na Rio Oil & Gas.

Sobre as eleições, ele disse que o pleito traz algumas volatilidades, como câmbio ("você não sabe o que vai acontecer aqui na frente"), inflação e quais vão ser as políticas mais de curto prazo. "Então, normalmente, se olhar todos os investimentos que foram feitos, você tem uma retração até para entender o cenário em que vai atuar daqui para a frente".

Ele acrescentou que uma decisão sobre investimentos só acontecerá quando houver clareza sobre "a política de investimento, qual vai ser o papel da Petrobras e as discussões sobre a Lei do Gás".

Martins afirmou que é difícil tomar decisões no atual cenário eleitoral, já que nenhum programa de governo entra em discussões detalhadas. "Todo mundo fala que tem de combater o déficit da Previdência, mas não diz como."

Com relação ao setor de óleo e gás no Brasil, Martins disse que em 2006 havia euforia e que hoje há incertezas. "Os leilões [de petróleo] são uma usina perene de investimentos para 40 anos [prazo de desenvolvimento e concessão de áreas]. Estamos falando de dez presidentes. Essa estabilidade, quando você olha para a frente, é que precisa ser mantida".

Questionado sobre o leilão de participações minoritárias da Eletrobras em ativos de transmissão e eólicas, Martins afirmou que a Brookfield não tem interesse no certame, marcado para quinta-feira. Ele contou também que, no momento, a companhia não tem projetos de expansão da malha de gasodutos porque aguarda a decisão de questões como a conexão das redes e sobre o funcionamento do mercado livre de gás.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Carro e Bruno Villas Bôas | Do Rio

Título: Barril sobe, mas petroleiras querem manter custo baixo

Mesmo com a recuperação nos preços do petróleo, atualmente acima do patamar de US\$ 80, as empresas do segmento tendem a manter os ganhos de eficiência obtidos ao longo dos últimos anos, na esteira da desaceleração das atividades do setor de óleo e gás. O diagnóstico foi apresentado pelo vice-presidente de Supply Chain da Equinor, Mauro Andrade, para quem os períodos de alta na cotação da commodity não são necessariamente os de maior rentabilidade para as petroleiras.

"Aprendi que o preço do petróleo alto não é preço do petróleo bom. É bom entre aspas, mas não durante muito tempo", disse o executivo em palestra no evento Arena **Valor** do Conhecimento, durante a feira Rio Oil & Gas.

Andrade lembrou que o inchaço exagerado dos custos comprimiu as margens das companhias entre o fim da década passada e o início desta, algo que não deve se repetir agora.

"Não vejo espaço para que a gente tenha um cenário igual ao de 2008, 2010, em que os custos das empresas estavam exacerbadamente altos, de tal forma que as margens das operadoras estavam baixas mesmo com o petróleo a US\$ 120 o barril", explicou.

Na análise do vice-presidente da Equinor, parte da redução de custos feita nos últimos cinco a seis anos foi incorporada à estrutura das empresas e será mantida mesmo no cenário atual de valorização do petróleo.

"Quando os preços caíram muito, e saímos de US\$ 120, US\$ 130 para US\$ 27 o barril, as empresas tiveram de se reinventar", recordou. "Nessa retomada de preços, não vamos ter de novo os mesmos erros do passado. Parte dessa redução de custos que conseguimos é estrutural. Veio para ficar."

Ao comentar o tema da política de conteúdo local, o vice-presidente de Supply Chain se mostrou favorável à adoção deste tipo de compromisso com os fornecedores brasileiros.

"O Brasil precisa ter política de conteúdo local. É saudável o país ter política de conteúdo local", afirmou, ressaltando que o foco da política de conteúdo local, no longo prazo, deve ser a capacitação de empresas brasileiras para concorrer internacionalmente, como já acontece em alguns segmentos.

"O que essa política de conteúdo local vai deixar de legado? Quando as encomendas no Brasil cessarem, o fornecedor vai estar capacitado para concorrer no mundo inteiro?", questionou. "O conteúdo local do futuro é soldar chapa? Não."

Em sua visão, a contribuição das empresas do segmento de petróleo que estiverem capacitadas vai se dar na forma de patentes e royalties tecnológicos para o Brasil. Andrade citou como exemplos de competitividade empresas nacionais que já atuam nos mercados de perfuração e completação e de surf (conjunto de atividades subaquáticas).

Para o executivo, a política de conteúdo local adotada antes pelo Brasil era muito restritiva.

"A consequência disso era que as empresas não investiam. Tanto que temos até hoje 20 descobertas no Brasil que não foram desenvolvidas porque são subeconômicas [não viáveis economicamente]. E são subeconômicas por várias razões. O conteúdo local era provavelmente uma delas", disse Andrade. "As alterações que foram feitas na regulamentação foram muito boas, adequaram o perfil do mercado brasileiro às possibilidades de fornecimento."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/09/2018****Seção: Política****Autor: Daniel Rittner e Sergio Lamucci | De Brasília****Título: Time econômico de Bolsonaro se fecha em copas após polêmicas tributárias**

A duas semanas da eleição, a curiosidade e o mistério em torno da equipe econômica do candidato que lidera as intenções de voto no primeiro turno crescem, mas o grupo, sob comando do economista Paulo Guedes, vem se fechando em copas, evitando falas oficiais e entrevistas detalhadas após a polêmica suscitada na semana passada com o debate público sobre a eventual criação de uma contribuição sobre movimentação financeira, interpretada como uma recriação da CPMF.

Guedes, que vem cancelando suas participações em compromissos públicos na última semana, e já anunciado como superministro da Economia em um eventual governo Jair Bolsonaro (PSL), também se mostra reticente em fornecer mais detalhes sobre o grupo.

Segundo apurou o **Valor**, Guedes recebe semanalmente textos de 26 grupos temáticos com especialistas em áreas tão diversas como macroeconomia, contas públicas, previdência, comércio exterior, mercado de capitais, infraestrutura logística, energia elétrica, petróleo e gás, educação e saúde. Colaboradores do grupo, diz um interlocutor, se reúnem em caráter voluntário às quartas-feiras, no Rio de Janeiro, para discutir como seria uma futura gestão do capitão da reserva.

Guedes e o próprio Bolsonaro fizeram questão de deixar claro que a participação nas discussões não significa necessariamente assumir qualquer cargo no governo a partir de janeiro de 2019. Há um reconhecimento, no entanto, de que a falta de quadros na estrutura do PSL e no entorno de Bolsonaro transforma esses colaboradores em candidatos a ter funções relevantes no governo se ele sair vitorioso das urnas.

Adolfo Sachsida, doutor em economia pela Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), seria um dos aglutinadores do grupo e mantém contato com diversos economistas. Ele fica em Brasília, onde está também uma parte do QG militar da campanha, que também se reúne semanalmente, na capital federal, sob a liderança dos generais Augusto Heleno Ribeiro Pereira e Oswaldo Ferreira, segundo uma fonte.

Por email, Sachsida, afirmou ao **Valor** que, sempre que pode, e "fora do expediente de trabalho", contribui "com ideias para a parte econômica" da campanha do candidato do PSL. "Creio que ele é a pessoa certa para o momento atual do país", diz Sachsida, atualmente diretor-adjunto de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Ipea. Segundo ele, a sua participação se resume a propostas técnicas, decorrentes de estudos acadêmicos que produz "principalmente em macroeconomia e avaliação de políticas públicas. "Nem todas as propostas que faço são aceitas. Enfim, apenas tento dar minha contribuição ao país", afirma Sachsida, ressaltando "que a palavra final" sobre a área econômica é sempre de Paulo Guedes em conjunto com Bolsonaro.

O **Valor** apurou ainda que do Ipea vem também um colaborador que rascunha as políticas sociais. Alexandre Iwata, engenheiro graduado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e doutor em estatística pela Northwestern University (EUA). Ele é o atual diretor de estudos e políticas regionais, urbanas e ambientais do Ipea. Seu elo, diz outra fonte, seria via Sachsida e a participação seria via reuniões de grupos menores e em situações mais informais.

Temas como redução da desigualdade e maior eficácia de programas sociais fazem parte das discussões. Uma delas é consolidar o processo já iniciado no governo Temer de unificação de cadastros do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e como viabilizar a proposta de imposto de renda negativo. Nessa parte social, sem ainda proposta concreta, estariam discussões de como fortalecer a educação pré-escolar (primeira infância).

O oncologista carioca Nelson Teich, fundador e presidente do grupo médico COI, seria um dos integrantes nas discussões sobre saúde. Já a área de educação tem participação de civis e militares. Fica com Stavros Xanthopoylos, especialista em ensino a distância e ex-diretor da área de cursos online da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e o general da reserva Aléssio Ribeiro Souto. Xanthopoylos confirmou ser consultor do candidato, mas não quis dar entrevista.

Do setor elétrico, quem cuida é Luciano Castro, engenheiro brasileiro radicado nos Estados Unidos. Cearense, também graduado no ITA, ele leciona na Universidade de Iowa. Ele, que já fez trabalhos esporádicos para associações empresariais com forte atuação em Brasília, está previsto na agenda de hoje do **ministro Moreira Franco, das Minas e Energia**.

Nas questões de óleo e gás, diz uma fonte, o ponto focal seriam as ideias de Roberto Castello Branco, ex-diretor da Vale, que também atuou no Banco Central. Ao **Valor**, Castello Branco, que é economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), diz não fazer parte da equipe de economistas do candidato do

PSL. "Eu não colaboro na campanha do deputado Jair Bolsonaro", afirma ele. "Como conheço o Paulo Guedes há longo tempo, apresentei algumas ideias para ele sobre diversos assuntos, como privatização, petróleo, gás, mineração e comércio exterior. Não sei se as sugestões foram incorporadas ao programa, pois não participo da equipe."

O economista Carlos da Costa, que tinha um cargo de diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) até abril e foi cotado para a presidência da instituição, tem sob sua responsabilidade três temas: produtividade, políticas de crédito e mercado de capitais. Ele tem feito a interlocução com grandes entidades do setor produtivo, como Abimaq e Abdib.

Alguns nomes da "velha guarda", com passagem pelo governo federal nos anos 1980, exercem papel importante nas discussões. Um deles é Rubem de Freitas Novaes. Ele foi diretor do BNDES e presidente do Sebrae. Novaes disse que tem colaborado com a campanha, mas segundo ele, não há uma área específica de colaboração. Já Carlos Von Doellinger, ex-secretário do Tesouro Nacional, seria o nome que lida com questões orçamentárias e de finanças públicas, conforme apurou o **Valor**.

Representantes já conhecidos do mercado na campanha de Bolsonaro são os economistas Marcos Cintra, professor da FGV-SP e atual presidente da Finep, e os irmãos Abraham e Arthur Weintraub, especialistas em assuntos previdenciários. Na semana passada, em entrevista ao **Valor**, Cintra afirmou que não integra a equipe de colaboradores de Bolsonaro, mas admitiu que mantém interlocução com Guedes.

Outros dois participantes nas discussões, diz uma fonte, têm sido Marcos Troyjo, diretor do BRICLab na Columbia University, e Paulo Coutinho, diretor do Centro de Estudos em Regulação de Mercado (Cerme) da UnB. Troyjo é especialista em temas de comércio exterior e política externa. Coutinho seria o principal estudioso de temas de infraestrutura logística no grupo. **(Colaboraram Hugo Passarelli, de São Paulo, Fabio Graner, de Brasília, e Cristian Klein, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/09/2018

Seção: Internacional

Autor: Demetri Sevastopulo, Katrina Manson e Anjli Raval | Financial Times, de Washington e Londres

Título: Trump acusa Opep de roubar o mundo e ataca 'ideologia do globalismo'

O presidente dos EUA, Donald Trump, atacou ontem a Arábia Saudita e sua recusa em liderar um aumento da produção de petróleo, ao dizer na ONU que os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) estavam, "como de costume, explorando o resto do mundo".

Ao discursar na Assembleia Geral da ONU, em Nova York, Trump disse à Opep que os EUA "não tolerariam esses preços horríveis por muito tempo mais". O alerta foi feito num discurso ao órgão internacional no qual o presidente americano também pediu aos outros países que ajudem a pressionar o regime de Teerã, cortando importações de petróleo do Irã.

"Eu não gosto disso, e ninguém deveria gostar disso", afirmou Trump sobre a Opep. "Nós defendemos muitos desses países de graça e eles se aproveitam de nós e nos oferecem petróleo a preços altos, isso não é bom. Queremos que eles parem de subir os preços, queremos que comecem a baixar os preços, e eles devem contribuir de forma substancial com a proteção militar."

Trump tem criticado a Opep repetidamente no Twitter, dizendo aos produtores que aumentem a produção para manter os preços do petróleo sob controle. Preços mais altos nos postos de combustível podem prejudicar os republicanos nas eleições de meio de mandato, nas quais a perda da maioria na Câmara ou no Senado pode desencadear complicações importantes para Trump, incluindo um possível impeachment.

Embora Trump jogue a culpa na Opep, é a relação antagônica de seu governo com Teerã - incluindo a saída dos EUA do acordo nuclear de 2015 com o Irã e a subsequente reimposição de sanções às suas exportações de petróleo - que tem contribuído para impulsionar os preços da commodity nos últimos meses.

Esses comentários fizeram o petróleo Brent, referência internacional, alcançar a máxima em quatro anos, de US\$ 82,85 por barril, uma alta de US\$ 1,35. Os preços abriram a semana em alta, depois que os produtores mundiais, liderados pela Arábia Saudita e Rússia, decidiram não elevar a produção para além do que os países tinham combinado em junho, apesar dos apelos do presidente dos EUA.

Trump também atacou o Irã em seu discurso, dizendo que seus líderes "semeiam o caos, a morte e a destruição". Ele instou os outros países a cortar suas importações de petróleo iraniano para ajudar a isolar o regime. O presidente disse que os EUA tinham "lançado uma campanha de pressão econômica para negar ao regime os recursos de que precisa para avançar sua agenda sangrenta".

"Não podemos permitir que o principal patrocinador do terrorismo no mundo possua as armas mais perigosas do planeta", afirmou Trump na ONU, embora os inspetores da Agência Internacional de Energia (AIE) digam que Teerã está cumprindo o acordo nuclear de 2015. "Pedimos a todas as nações que isolem o regime do Irã enquanto sua agressão continuar."

Em seu discurso, mais tarde no mesmo dia, o presidente iraniano, Hassan Rouhani, acusou os EUA de trabalharem ativamente para derrubar seu governo e recusou a ideia de qualquer negociação direta com o governo Trump.

"O governo dos EUA nem sequer esconde seu plano de derrubar o mesmo governo que convida para negociar", disse Rouhani à Assembleia Geral da ONU. "Com que base e critérios podemos chegar a um acordo com um governo que se comporta mal assim?"

Rouhani propôs, em vez disso, que os EUA iniciem negociações dentro da estrutura do Conselho de Segurança da ONU, que endossou primeiro o acordo nuclear fechado com o Irã, do qual Trump se retirou em maio.

Analistas e operadores do setor de energia não sabem ao certo qual será o impacto das sanções - que entram em vigor em novembro - sobre a oferta iraniana, e qual será a quantidade de petróleo adicional a ser disponibilizada por outros produtores para neutralizar os efeitos da queda. Em seu discurso, Trump disse que os EUA vão restituir um segundo conjunto de sanções ao Irã em 5 de novembro, e advertiu outros países que "mais virão a seguir".

Autoridades americanas disseram que Washington não concederá isenções para permitir que aliados como Índia, Japão e Coreia do Sul comprem petróleo e gás do Irã, como ocorreu durante os governos George W. Bush e Barack Obama. A Casa Branca diz que os EUA, em vez disso, tentarão encontrar fontes alternativas de energia para esses países.

"Os mercados precisam se preparar para preços mais altos do petróleo", disse Ehsan Khoman, da MUFG. "Vemos riscos de médio prazo significativos de que o petróleo poderá alcançar nada menos que US\$ 100 por barril."

Antes de seu discurso, Trump disse que não se reunirá com Rouhani na ONU, observando para a imprensa que o Irã terá, primeiramente, de "mudar seu tom".

"Vai acontecer, acho que eles não têm alternativa", disse Trump. "Estamos ansiosos por ter ótimas relações com o Irã, mas isso não vai acontecer agora." Poucas horas antes, ele tuitou que tinha certeza de que Rouhani é um "homem absolutamente encantador!"

Em entrevista à CNN após a divulgação da mensagem, Rouhani negou que o Irã tenha solicitado um encontro. "Não fizemos esse pedido, por uma reunião com o presidente dos EUA", disse.

Perguntado se o Irã tinha solicitado um encontro, um porta-voz do Conselho de Segurança Nacional dos EUA preferiu não tecer comentários que extrapolassem o tuíte de Trump.

No discurso, Trump adotou uma postura muito mais branda com a Coreia do Norte do que em 2017, quando ele disse que "o Homem-Foguete [Kim Jong-un] está em missão suicida". Num momento em que a Casa Branca se prepara para uma segunda reunião de cúpula com Kim, Trump enalteceu as relações que, segundo ele, tinha desenvolvido com o líder norte-coreano desde seu encontro de junho.

Mas, em meio a críticas de que a Coreia do Norte nada fez para abandonar seu programa nuclear, Trump disse que as sanções dos EUA a Pyongyang permanecerão até a conclusão do processo de desnuclearização.

"Não há mais mísseis e foguetes voando em todas as direções. Os testes nucleares pararam. Algumas instalações militares já estão sendo desmontadas", disse Trump. "Eu gostaria de agradecer ao presidente Kim por sua coragem e pelas medidas que tomou, embora reste muito a ser feito."

Em seu discurso, Trump repetiu alguns dos temas que são sua marca registrada, como os "EUA em 1º lugar". Na semana em que impôs tarifas sobre mais US\$ 200 bilhões em produtos chineses importados pelos EUA, Trump disse à China que não vai recuar de uma guerra comercial e que "nunca pedirá desculpas" por proteger os cidadãos americanos.

"Tenho grande respeito e afeição por meu amigo presidente Xi [Jinping]. Mas deixei claro que nosso desequilíbrio comercial simplesmente não é aceitável", disse Trump sobre o presidente chinês. "Como demonstrou o meu governo, os EUA sempre vão agir em defesa dos nossos interesses nacionais."

Trump também aproveitou a oportunidade para elogiar os feitos de seu governo, dizendo que ele conseguiu realizar mais do que "quase qualquer governo na história do nosso país" - afirmação que arrancou risadas da plateia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/09/2018****Seção: Opinião****Autor:****Título: Petróleo tem maior cotação em 4 anos e fôlego para subir mais**

As cotações do petróleo voltaram a subir e atingiram os maiores valores desde 2014, em uma escalada que vários analistas acreditam que o tipo Brent vá chegar a US\$ 100 o barril até o fim do ano, durante o inverno no Hemisfério Norte. O aumento dos preços e a valorização do dólar configuram, caso persistam, uma combinação perversa para países como o Brasil, onde a gasolina já subiu a dois dígitos e, ao lado de energia, tem pressionado um ainda confortável índice de preços.

Há muitas dúvidas sobre se as cotações podem ir além dos US\$ 100 a partir de 2019. A demanda oscila hoje em torno de 100 milhões de barris por dia e deve crescer mais 1,4 milhão de barris diários este ano e 1,5 milhão no ano que vem, estima a Agência Internacional de Energia (AIE). Os estoques dos países da OCDE estão abaixo de sua média de 5 anos, o que têm impulsionado os preços. A oferta manteve-se em crescimento desigual, mas vinha dando conta do recado até o segundo trimestre do ano. O aumento da produção do "shale oil" americano, da ordem de 1,5 milhão de barris por dia nos doze meses encerrados em junho, contribuiu para amortecer preços.

O cartel da Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep) foi, no entanto, bem-sucedido em sua meta de defender os preços e em estabelecer para isso um acordo com outros grandes produtores de fora da organização, como a Rússia, para retirar, em 2016, 1,8 milhão de barris por dia do mercado. Estudo da consultoria Oxford aponta que o acordo foi integralmente cumprido por todos e que, sem ele, o preço do óleo estaria ao redor de US\$ 56 o barril, e não dos US\$ 70, no primeiro trimestre do ano. Reunidos na Argélia nesta semana, o grupo decidiu não elevar a oferta agora, dando a partir daí firmeza para que as cotações fizessem novo movimento altista.

Os EUA já eram o maior consumidor mundial de petróleo e agora são os maiores produtores também, com 15 milhões de barris/dia, seguidos pela Rússia, com mais de 11 milhões e Arábia Saudita, com 10 milhões. O ponto principal é que a quantidade de óleo que está sendo jogado no mercado tende a diminuir. A produção da Venezuela, que no auge chegou a 3 milhões de barris/dia, está hoje em 1,24 milhão. Esse não é o único abalo a atingir a oferta global.

O presidente Donald Trump decidiu unilateralmente romper o acordo para deter os projetos nucleares do Irã e restabeleceu sanções ao país. Algumas delas estão em vigor e o pacote completo se consuma em 4 de novembro. A produção iraniana, com o fim das proibições, atingiu 3,8 milhões de barris/dia, mas o cerco americano, com retaliações de toda espécie, a seus compradores, podem já ter retirado do mercado, segundo analistas, algo como 500 mil barris/dia. Calculam que o corte de oferta possa chegar a 1,5 milhão de barris/dia, como ocorreu antes do acordo e na vigência de semelhantes sanções. A AIE estima que a Venezuela, além disso, produzirá apenas 1 milhão de barris por dia no fim do ano.

O acordo entre Opep e outros produtores serviu de barragem à enorme pressão baixista da enorme produção do petróleo americano. Mas a sustentação de preços elevou bastante os déficits fiscais da Arábia Saudita e outros produtores árabes, que agora procuram recuperar o tempo e o dinheiro perdidos.

Trump, um dos responsáveis pelo desequilíbrio da oferta, afinal, parece ter descoberto que existe um cartel do petróleo e que ele é chefiado por seu maior aliado no Oriente Médio, a Arábia Saudita. Em um fórum não exatamente apropriado, a Assembleia Geral da ONU, ele acusou a Opep de estar "despedaçando o mundo". Ao seu estilo, queixou-se: "Não gosto disso e ninguém gosta. Defendemos de graça muitos desses países e eles tiram vantagem e aumentam preços". Concluiu: "Não vamos tolerar estes preços horríveis por mais tempo". Essa não é a única batalha de Trump e a China, atingida por tarifas nos EUA, assegurou aproximação com a Rússia para energia e deverá continuar comprando petróleo iraniano, enquanto colocou tarifas sobre o óleo americano.

Mas à aliança de produtores não interessa provocar um abalo na economia global com preços estratosféricos, que levariam a nova derrocada das cotações. O crescimento mais moderado da Europa e da China não sancionarão, por seu lado, aumentos extremos. Trump teme que a alta do petróleo arrancará mais dólares dos consumidores americanos quando eles forem votar em uma renhida eleição para Câmara e Senado. Uma nova guinada baixista não está no horizonte até lá.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Prazo apertado pressiona leilão de ativos da Eletrobras

O prazo apertado e as taxas de retorno justas podem limitar a atratividade das 71 participações da Eletrobras em ativos de geração e transmissão colocadas à venda. As fatias da estatal nas sociedades de propósito específico (SPEs) somam valor mínimo de R\$ 3,1 bilhões, e serão objeto de um leilão amanhã, na B3, a partir de 10h.

Serão vendidas participações, em sua grande maioria minoritárias, divididas em 18 lotes, sendo oito de geração eólica, com cerca de 1,6 gigawatt (GW) de potência, e 10 de transmissão, com 2.910 quilômetros de extensão.

Os projetos são todos operacionais, com contratos de longo prazo e geração de caixa garantida, sem grandes riscos. Apesar disso, investidores e especialistas que atuam assessorando potenciais compradores ouvidos pelo **Valor** apontam que a estatal pode não ter oferta por todos os 18 lotes.

"O prazo estava muito curto, com pouco tempo para análise. Empresas que precisam de burocracia menor ficaram prejudicadas no processo", disse Thais Prandini, diretora executiva da consultoria Thymos Energia.

Depois de vários atrasos O 'data room' (sala virtual de informações) do certame foi acerto em 8 de agosto, com publicação do edital no dia 21 daquele mês, com pouco mais de um mês de antecedência. A expectativa inicial era de que o leilão fosse realizado em junho, mas a demora do Tribunal de Contas da União (TCU) em dar aval para a operação acabou atrasando a disputa, que acabará sendo realizada em uma data muito próxima das eleições.

"Talvez, se o prazo fosse maior, a Eletrobras conseguisse ter mais sucesso. Mas, o risco de se fazer o leilão depois das eleições era muito grande, então essa foi a melhor estratégia", disse Prandini.

A ideia é que as transferências das concessões sejam aprovadas o quanto antes. Ontem, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, disse que a mudança no quadro societário dos empreendimentos poderá ser aprovada em menos de um mês. "Se a documentação vier em sua completude, é rápido."

A Eletrobras recebeu ontem os aportes de garantias dos interessados, na B3. O prazo original, entre 10h e 14h, foi prorrogado para até às 17h a pedido de investidores, apurou o **Valor**.

Participações minoritárias devem atrair compradores de perfil financeiro, como fundos de investimento

As taxas de retorno também decepcionaram alguns investidores. "Nossa impressão é que os assessores da Eletrobras ficaram com medo do TCU e

jogaram os preços para cima", disse uma fonte, explicando que isso fez com que restasse pouco espaço para lucro com as aquisições.

A Eletrobras é controladora de dois projetos de geração eólica e de um de transmissão de energia. Nos demais, é minoritária, com fatias que vão de 1,5% a 49,71%.

"As participações minoritárias causam problemas, porque há falta de clareza se o investidor poderá assumir o controle do ativo ou não", disse Raphael Gomes, advogado do escritório Demarest. Segundo ele, o ideal seria que, antes do leilão, a Eletrobras alinhasse com os sócios quem iria vender suas participações junto ou não. Assim, seria possível que o investidor já levasse todo o empreendimento no certame de amanhã.

Isso só foi feito no Lote A, na qual a Brave Winds Geradora, que tem 22% do complexo eólico Santa Vitória do Palmar, celebrou um termo conjunto de venda e renunciou antecipadamente de seu direito de preferência. Foi outorgada uma procuração à Eletrobras, que será responsável pela venda de 100% do ativo, com preço mínimo de R\$ 844,8 milhões.

"Seria excelente se em todos os ativos fosse feito algum tipo de alinhamento, mas a Eletrobras precisava fazer o leilão o quanto antes", disse Gomes, lembrando de potenciais riscos de judicialização ou mesmo de mudança no governo.

Segundo Rodrigo Leite, sócio do Leite, Roston, Chaves, Saciotto e Burr Advogados, as participações minoritárias são mais atrativas para aqueles investidores de perfil financeiro, como fundos. "Há fundos buscando investimentos em transmissão, inclusive alguns que estavam 'rondando' a privatização da Eletrobras, disse o advogado.

Os projetos na qual a Eletrobras é controladora, contudo, devem atrair investidores estratégicos do setor, com experiência na gestão de ativos de geração ou de transmissão de energia.

Nos projetos, a Eletrobras tem vários sócios, como Petrobras, Equatorial, Alupar, Taesa, Cemig, State Grid e Brennand Energia.

Taesa e Alupar já declararam terem intenção de acionar seus direitos de preferência nos seus respectivos lotes, e já tiveram aprovação de seus respectivos conselhos de administração para participarem da disputa.

A estatal paranaense Copel é outra que já teve aval do conselho para participar do leilão por meio da subsidiária Copel Geração e Transmissão. O certame deve ser ainda uma oportunidade para companhias que querem aumentar a

presença no setor de renováveis, como a petroleira Shell, que declarou recentemente ter interesse. **(Colaborou Rafael Bitencourt, de Brasília)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Silvia Rosa | De São Paulo

Título: Divisão entre sócios de Santo Antonio

Uma nova capitalização na Santo Antonio Energia, da ordem de R\$ 300 milhões, é objeto de mais um embate entre os sócios da megausina do rio Madeira (RO). Os recursos são necessários para fazer frente às necessidades de curto prazo da empresa, incluindo o pagamento de serviço da dívida, e custos da exposição ao risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês).

Uma assembleia geral extraordinária (AGE) da Madeira Energia S.A. (Mesa), holding controladora da usina, foi convocada para 3 de outubro para deliberar sobre o assunto. Na semana passada, alguns sócios tentaram um acordo para antecipar o encontro, mas a Odebrecht, que tem 28,6% da hidrelétrica, não compareceu.

Essa não é a primeira vez que os sócios de Santo Antonio precisam injetar recursos na hidrelétrica para que esta possa honrar seus compromissos. Apenas a exposição ao GSF já custou mais de R\$ 4 bilhões aos sócios em aportes de capital, segundo fontes. A diferença, desta vez, é que a operação corre em paralelo à negociação para o refinanciamento de R\$ 10 bilhões em dívidas da concessionária com o BNDES e instituições que repassaram esse crédito. A empresa depende desse refinanciamento para ganhar um fôlego financeiro.

O **Valor** apurou que a Odebrecht aguarda a conclusão do prazo para integralização da capitalização aprovada em agosto - que é questionada pela Cemig e pela Andrade Gutierrez - para depois verificar a real necessidade de caixa do empreendimento. Cemig e Andrade têm até 1º de outubro para aportar a fatia correspondente de R\$ 218 milhões, sob risco de serem diluídas.

Na operação aprovada em AGE em agosto, Odebrecht, Furnas e FIP Amazônia (que somam 77,6% da usina) subscreveram mediante a conversão de créditos que tinham a receber com a Mesa.

Os créditos, que estavam registrados no balanço da Mesa, se referiam à uma capitalização feita em 2014 na qual Odebrecht, Furnas e FIP aportaram R\$ 780 milhões na usina, mas que foi cancelada em 2017, como resultado de uma

arbitragem aberta pela Cemig e pela Andrade Gutierrez contra a operação. Como a usina não tinha recursos para devolver os aportes aos sócios, estes foram transformados em créditos.

A estatal mineira e a construtora, contudo, abriram nova arbitragem, desta vez questionando a utilização dos créditos na capitalização. O problema, para esses dois sócios, é que os recursos injetados em 2014 pelos demais acionistas foram utilizados em pagamento do consórcio construtor, liderado pela própria Odebrecht e também pela Andrade Gutierrez. O pagamento é objeto de uma terceira arbitragem, na qual a Mesa e o consórcio construtor brigam sobre as obrigações de cada um com relação aos atrasos da obra.

Se não houver acordo para que a capitalização de R\$ 300 milhões aconteça, a saída para Santo Antonio deverá ser a venda antecipada de energia futura. Cemig e Furnas, que já indicaram que participariam do aumento de capital proposto, seriam as compradoras dessa energia.

Para o BNDES, o fundamental é que os sócios se comprometam em não retirar recursos da companhia até o fim do novo prazo de pagamento da dívida, até 2040. O banco quer evitar que outras obrigações concorram com os pagamentos da dívida renegociada.

O refinanciamento, que vai alongar o prazo final da dívida de 2034 para 2040, já foi aprovado pelo comitê de crédito do banco de fomento, mas ainda falta passar no comitê final, segundo o **Valor** apurou.

Embora os sócios continuem brigando sobre o uso dos créditos, o principal obstáculo à conclusão do reperfilamento, nas últimas semanas, tem relação com a extensão das garantias.

No reperfilamento, o BNDES exigiu que a extensão das garantias mantivesse a estrutura original destas, inclusive para o FIP Amazônia. Como o FI-FGTS, que tem 49,9% do FIP, não pode prestar garantias (por não ter patrimônio), desde sua formação, Odebrecht e Andrade Gutierrez compartilhavam as garantias referentes à sua participação na usina, de 20%.

Em 2012, a Odebrecht comprou 50,1% do FIP, mas continuou compartilhando as garantias deste com a Andrade. Desta vez, esta última não quer estender os colaterais no reperfilamento.

Segundo uma fonte, os sócios da usina e o BNDES tinham chegado em um acordo, fazendo com que todos os acionistas compartilhassem a garantia do FIP. Furnas, porém, tem um impedimento legal de garantir uma proporção maior que sua participação na usina, o que inviabilizou o trato, e retornou a discussão para as mãos da Andrade Gutierrez.

Saes, BNDES e Andrade e Odebrecht não comentam o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Cemig fará leilão de compra de eólica e solar

A estatal mineira de energia, Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (Cemig) realizará no início de outubro um leilão de compra de energia de novos empreendimentos de fontes geradoras eólica e solar. O objetivo da companhia é adquirir energia para recompor seu portfólio próprio para atender seus contratos de fornecimento no mercado livre, após a perda da concessão das hidrelétricas de São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, no ano passado, que totalizavam 1.972 megawatts (MW) médios de garantia física.

"É uma energia que nós compramos [no leilão], para estar no nosso portfólio, para estarmos posteriormente revendendo", afirmou Marcos Aurélio Pimentel Júnior, superintendente de Compra e Venda de Energia no Atacado da Cemig, responsável pela realização do leilão.

"No ano passado perdemos concessões importantes de geração e a Cemig tem um market share de 20% do mercado livre. Para continuarmos atendendo o mercado que hoje atendemos, há uma necessidade de termos um recurso adicional. E essa estratégia de promover leilões vai muito nesse sentido. É uma energia que tem se mostrado mais competitiva nos leilões organizados do governo", completou ele.

A estratégia da Cemig é contratar energia no longo prazo de novos projetos de energia eólica e solar que estavam inscritos nos leilões de geração do governo, mas que, devido a baixa demanda e forte competição, não fecharam contratos nesses certames.

"Percebemos uma oferta muito grande que está sendo frustrada nos leilões e que tem um potencial de estar vendendo essa energia no mercado livre, desde que o mercado livre apresente condições que também são necessárias, como contratos de longo prazo, para garantir financiamento para os projetos", explicou Pimentel Jr.

O prazo para os investidores interessados em participar do leilão, cadastrarem os seus respectivos projetos termina na próxima quinta-feira. Os interessados devem ter habilitados tecnicamente seus projetos junto à Empresa de Pesquisa

Energética (EPE) neste ano ou cumprir exigências mínimas do edital do leilão, como ser um gerador com ao menos 1 gigawatt (GW) em capacidade instalada ou um agente com capital social mínimo de R\$ 500 milhões.

Marcado para 4 de outubro, o leilão prevê contratar energia de projetos pelo prazo de até 20 anos. Não existe um limite para contratação de energia pela Cemig. Tudo dependerá, explicou Pimentel Jr, dos preços que forem ofertados no certame.

Em um primeiro leilão dessa modalidade, realizado em junho deste ano, a Cemig contratou 431 MW médios, com período de suprimento de janeiro de 2022 a dezembro de 2041. Na ocasião, quase 200 empreendimentos foram inscritos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Aneel decide tomar da Eletrosul concessão de transmissão no RS

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu ontem tomar de volta o projeto de transmissão de energia no Rio Grande do Sul que, três anos após assinatura do contrato, não chegou a sair do papel. O empreendimento foi arrematado pela Eletrosul em leilão realizado em 2014.

A agência vai ainda enviar, ao **Ministério de Minas e Energia**, a recomendação para que seja declarada a caducidade da concessão. Se o entendimento da agência prevalecer, o contrato celebrado em 2015 será cancelado.

O comando da Aneel tomou a decisão após a confirmação do fracasso nas negociações de transferência do projeto da Eletrosul para a chinesa Shanghai Electric. Na semana passada, a agência deu um ultimato para que formalizassem a mudança de controle, com a assinatura de aditivos contratuais. Ao esgotar o prazo, na última sexta-feira (21), a estatal se encarregou de comunicar à agência sobre o desfecho negativo da negociação.

"Aguardamos até sexta-feira, mas nem a Eletrosul nem a Shanghai apareceram para formalizar a transferência de controle", afirmou o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, durante a reunião pública da diretoria. Ele ressaltou que a agência aguardou, em vão, por mais de um ano para que o negócio fosse concretizado.

A diretoria da Aneel também determina que a superintendência de concessão do órgão faça a execução das garantias financeiras, no valor de R\$ 163,8 milhões, aportadas pela Eletrosul logo após leilão de transmissão de 2014.

Em comunicado divulgado na tarde de ontem, a Eletrosul informou que apresentará recurso contra a decisão da agência. A estatal ressaltou que esse lote de transmissão tem uma "importância estratégica" para a companhia e, por isso, está "estudando alternativas para a viabilização dos empreendimentos" associados ao projeto.

O projeto de transmissão envolve 17 linhas, com total de 2.169 quilômetros, e oito subestações. O empreendimento responde por investimentos de R\$ 4,1 bilhões e geração de 11 mil empregos diretos. O cronograma de obras indicava a entrada em operação em março deste ano, o que asseguraria uma receita anual de R\$ 336 milhões ao empreendedor. Tratava-se do lote principal do leilão.

"Esse lote é fundamental para o atendimento da confiabilidade da região metropolitana de Porto Alegre e para o escoamento da energia renovável do Estado. Diversos empreendimentos eólicos estão sendo prejudicados", afirmou Pepitone.

O projeto de transmissão da Eletrosul não chegou a sair do papel. A Aneel pretende oferecê-lo novamente ao mercado, no próximo leilão está marcado para 20 de dezembro. O edital, ainda em fase de preparação, indica a possibilidade de oferta de 18 lotes de empreendimentos de transmissão a serem implantados em 13 Estados. Os estudos apontam para o incremento de mais sete mil quilômetros de rede, com criação de 27.720 empregos diretos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti e Stella Fontes | De São Paulo

Título: Petrobras inclui ação PN de Braskem em acordo de acionistas

As sócias Odebrecht e Petrobras mudaram o acordo de acionistas da Braskem para incluir nele as ações preferenciais que a estatal tem da companhia petroquímica. A medida garante que a Petrobras possa vender, junto com a Odebrecht, toda sua participação na Braskem, que a preços de mercado vale mais de US\$ 4 bilhões. Antes, esse direito existia só para as ações ordinárias.

A mudança, feita a pedido da própria Petrobras, foi compreendida pelo mercado como um sinal de que a estatal vai manter a decisão de vender sua parte na petroquímica, como já consta do planejamento estratégico. Do contrário, não teria interesse nessa alteração.

Desde o Carnaval, a Odebrecht negocia a venda da Braskem com a holandesa LyondellBasell. Em junho, foi assinado um acordo de exclusividade para as conversas, com duração até o fim de outubro.

A Petrobras já tinha assegurado o direito de vender as ordinárias que possui na petroquímica junto com a Odebrecht e, agora, garantiu o mesmo para as preferenciais.

A Braskem pode ser avaliada em mais de R\$ 50 bilhões - em torno de US\$ 13 bilhões - para a aquisição. Juntas, a petroquímica brasileira e a holandesa resultariam na maior produtora global de resinas de plásticas com potencial para valer perto de US\$ 60 bilhões na Nyse, a bolsa americana, onde a LyondellBasell já tem ações listadas.

Na B3, as ações preferenciais da Braskem subiram 4,06% ontem, para R\$ 61,01, levando o valor da companhia a R\$ 47,2 bilhões. Assim, se aproximaram da máxima histórica registrada no começo deste mês, de R\$ 61,66.

Embora a Braskem já esteja na lista de ativos que a Petrobras planeja vender para arrecadar US\$ 21 bilhões no biênio de 2017-2018, um grupo de técnicos na estatal tenta demover a diretoria e o conselho de administração da ideia. Para eles, a Petrobras deveria se posicionar em relação a esse segmento como outras grandes petroleiras ao redor do mundo, que voltaram os olhos para a cadeia a jusante e ampliaram investimentos na produção de petroquímicos de primeira e segunda geração.

Pouco mais de 26% do que Petrobras pode obter com venda da petroquímica está em ações preferenciais

A Petrobras está discutindo uma nova estratégia para esse ramo, que será refletida no planejamento de 2019 a 2023, em confecção neste momento. Mas isso não impede que a participação na Braskem seja vendida agora, munindo a estatal de recursos para redução de dívida e foco no negócio que trará maior retorno, o pré-sal, na avaliação do grupo que defende a venda das ações para a LyondellBasell.

Até o momento, a Petrobras conseguiu levantar menos de US\$ 5 bilhões com a venda de ativos neste biênio. A saída da Braskem aceleraria o resultado final.

Ao redesenhar sua posição em petroquímicos, a Petrobras teria condições de encerrar o atual capítulo e começar um novo, inclusive com outra matéria-prima - como o gás no lugar da nafta - e sem um sócio desgastado pela Operação Lava-Jato como a Odebrecht.

A Odebrecht possui 51% das ações ordinárias (com direito a voto) e 23% das preferenciais (sem direito a voto) da Braskem. A Petrobras tem fatia pouco menor: 47% das ações votantes e 22% das não-votantes. Com o aditivo no acordo de acionistas, as sócias vendem numa só tacada quase 75% do capital total da petroquímica.

Antes da alteração no acordo das sócias, se a Odebrecht vendesse o controle da Braskem à LyondellBasell, a Petrobras teria de aguardar a oferta pública de aquisição (OPA) que a holandesa será obrigada a lançar a todos os acionistas fora do bloco controlador para vender suas preferenciais. A operação depende de registro da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o tempo entre a venda do controle e a realização da oferta aos minoritários pode ser de muitos meses.

O estatuto da Braskem garante que todos os acionistas - ordinaristas e preferencialistas - têm direito a receber exatamente o mesmo preço que as controladoras em caso de venda da empresa. Portanto, a modificação no acordo de acionistas dá agilidade à Petrobras no recebimento por toda sua fatia em caso de venda da Braskem, mas sem interferir em nada no direito dos minoritários.

Fontes que acompanham de perto as conversas entre a Odebrecht e a Lyondell afirmam que o objetivo é tentar fechar a transação ainda neste ano, apesar de, até o momento, as negociações de valores ainda não terem começado. Sellar o negócio em 2018 seria uma forma de blindar a transação de possíveis mudanças na gestão da Petrobras, fruto da troca de governo.

Se esse plano der certo, a mudança no acordo permitirá à Petrobras receber toda sua parte no negócio neste ano e, com isso, ficar mais próxima da meta financeira. Pouco mais de 26% do valor detido em Braskem está nas preferenciais. Até agora, contudo, a Lyondell não fez nenhuma consulta aos órgãos de concorrência e nem aos transformadores da indústria.

O ponto de partida das conversas é que a LyondellBasell pagará pela Braskem parte com ações e parte com dinheiro - com liberdade de escolha para acionistas dentro de parâmetros pré-definidos. Idealmente, a Odebrecht preferirá sua fatia majoritariamente em ações e a Petrobras, em dinheiro. Como parte da discussão interna, a estatal avalia se não seria melhor ficar com papéis da Lyondell. A mudança no acordo também gerou expectativa de que a estatal

vá mesmo preferir dinheiro a ações. A posição formal da estatal, porém, tem sido que avaliará as condições a partir do que for negociado pela Odebrecht.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Bradespar e Litel vão pagar R\$ 2,82 bi a Daniel Dantas

Bradespar e Litel, sócios controladores da Vale, chegaram finalmente a um acordo com a Elétron, do Opportunity, de Daniel Dantas, pondo fim a contencioso de mais de dez anos. O acordo será assinado hoje e envolve o pagamento de R\$ 2,82 bilhões, por parte de Bradespar e Litel, à Elétron - veículo de participações do Opportunity na Vale. O desembolso será dividido meio a meio, cabendo a cada uma das empresas R\$ 1,4 bilhão. A transferência do dinheiro, via TED, para uma conta no banco Itaú, será realizada em audiência no Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), onde o acordo será assinado e homologado pela juíza da 5ª Vara Empresarial, onde o processo sobre o caso tramita em segredo de justiça.

O montante acordado corresponde a cerca de metade do valor que Bradespar e Litel poderiam ter que pagar, conforme determinação judicial, e que poderia chegar até R\$ 6 bilhões, segundo estimativas. Bradespar, o braço de participações acionárias do Bradesco, e Litel, empresa que reúne os fundos de pensão estatais (Previ, Petros, Funcef e Fundação Cesp), perderam arbitragem aberta em 2007 pela Elétron e depois tiveram derrotas tanto no TJ-RJ como no Superior Tribunal de Justiça (STJ). As sucessivas frustrações no âmbito judicial levaram Bradespar e Litel a abrir negociação com a Elétron. Ficou claro, para os dois sócios controladores da Vale, que precisavam perseguir um acordo com a Elétron. As negociações vem se desenvolvendo desde agosto.

O acordo, além de fixar o pagamento de uma única vez à Elétron, traz condicionantes. Põe fim, por exemplo, a três arbitragens movidas pela Elétron contra Bradespar e Litel. A mais rumorosa é a primeira delas, que resultou no pagamento que agora está sendo feito. Existem, porém, outras duas arbitragens: uma que discute um aumento de capital feito na Valepar, a holding que controlava a Vale, e uma terceira, que questiona a impossibilidade da Elétron de negociar ações. Fica ainda acertado que a Elétron não poderá, no futuro, litigar contra nenhum negócio envolvendo a Valepar. Foram pontos que Bradespar e Litel não abriram mão no acordo a ser firmado hoje.

Acordo põe fim a briga de dez anos, e encerra todas as arbitragens movidas pela Elétron contra Litel e Bradespar

Toda a discussão tem origem na privatização da Vale, em 1997, e, mais especificamente, em uma cláusula (item 8.5.1) do acordo de acionistas da Valepar, conhecida como "Call Citibank". A cláusula dava direito ao Citibank de comprar, via Elétron, ações de Litel e de CSN na Vale. A siderúrgica, à época, ainda era acionista da mineradora, da qual só viria a sair no começo dos anos 2000. Naquele momento, então, já se vislumbrava o risco jurídico do Call Citibank, segundo fontes próximas das discussões, uma vez que a Elétron não conseguiu exercer parte das ações de Valepar às quais tinha direito.

Pela cláusula do acordo Valepar, se o Citibank aportasse R\$ 100 milhões, via Elétron, na compra de ações de Litel e CSN na holding da Vale até a data de liquidação do leilão de privatização da mineradora, o banco teria direito a aportar outros R\$ 100 milhões em até 45 dias depois da liquidação financeira do leilão. A Elétron fez a notificação, para compra do lote adicional de ações, mas não teve resposta por parte de Litel e CSN. A CSN terminou saindo do capital da Vale, no processo que ficou conhecido como "descruzamento acionário CVRD/CSN" em 2000-2001. Nesse processo, Litel e Bradespar compraram a participação da família Steinbruch na mineradora.

Um ano antes, em 1999, a Bradespar tinha ingressado no capital da Valepar por meio da Elétron, mas depois deixou a sociedade de Daniel Dantas, levando suas ações para dentro da Valepar. A cisão da Elétron ocorreu em 2004 e ali a Bradespar, que chegou a deter mais de 80% do capital dessa sociedade, teria reconhecido o direito da Elétron ao "Call Citibank", disseram fontes próximas do caso. Depois da cisão, a Elétron manteve uma pequena participação na holding que controlava a Vale.

Em 2007, a Elétron entrou com uma arbitragem no Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA), ligado à Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), contra Bradespar e Litel, para ter reconhecido o seu direito ao "Call Citibank", e buscou ser indenizada por eventuais perdas e danos. Em 2009, houve uma sentença parcial que reconheceu o direito da Elétron ao "Call Citibank". Em 2011, o tribunal arbitral proferiu sentença, por maioria, determinando que Bradespar e Litel deveriam transferir à Elétron 37,5 milhões de ações ordinárias da Valepar.

O preço de compra foi fixado em R\$ 632 milhões, atualizado pela UFIR, de 12 de junho de 2007 até a data do pagamento. Litel e Bradespar entraram com ações anulatórias da sentença arbitral na Justiça, mas não tiveram sucesso.

O caso se arrastou. Em 2015, a Elétron pediu a conversão da execução em pagamento de perdas e danos, com valor de R\$ 2,6 bilhões mais honorários. Em 2017, um laudo pericial definiu que o valor das perdas chegaria a R\$ 4 bilhões. Esse laudo pericial foi homologado pela Justiça em 2 de maio deste ano. É esse valor que, corrigido mais honorários poderia chegar a R\$ 6 bilhões, segundo fontes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/09/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Bettina Barros e Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Alta da gasolina continua a 'turbinar' vendas de etanol

A disparada do petróleo no mercado internacional e o decorrente repasse desse aumento aos preços domésticos da gasolina estão permitindo ao etanol hidratado ganhar cada vez mais mercado no país.

Na primeira quinzena de setembro, as vendas do biocombustível realizadas pelas usinas da região Centro-Sul superaram em 42,7% o volume comercializado no mesmo período do ano passado, acentuando um movimento que já vem ocorrendo desde o início da atual safra sucroalcooleira (2018/19), em abril.

Segundo levantamento da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), foram vendidos 962,3 milhões de litros de hidratado na primeira metade deste mês. Desde o início da safra, já foram 8,97 bilhões de litros, 39,4% acima do volume comercializado no mesmo período da temporada 2017/18.

Os dados da Unica são um termômetro do comportamento do consumo nos postos. O dado mais recente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aponta que as vendas de hidratado das distribuidoras aos postos acumulavam alta de 40,5% de janeiro a julho em relação aos mesmos sete meses de 2017. Nesse período, as vendas chegaram a 9,69 bilhões de litros.

Segundo especialistas, é a combinação entre a escalada do petróleo no exterior e a alta do dólar que tem motivado esse aumento do consumo de etanol. Por causa da atual política de preços da Petrobras, o custo de importação da gasolina tem sido repassado aos preços internos do combustível fóssil, que estão no maior patamar em dez anos.

Apesar de a estatal ter reduzido ontem o preço da gasolina nas refinarias, a tendência é que a trajetória de alta seja retomada por causa de novas altas do

petróleo diante das sanções do governo americano contra o Irã e da limitação da produção pela Opep. Ontem, o preço do barril do petróleo Brent subiu ao maior nível em quase quatro anos na bolsa de Londres, na mais longa trajetória de valorização desde 2007.

Outra consequência desse repasse da alta do petróleo ao preço doméstico da gasolina é o enfraquecimento das vendas de etanol anidro, que é misturado ao combustível fóssil. Na primeira quinzena de setembro, as usinas venderam 353,68 milhões de litros do produto, queda de 12,5%.

Entretanto, o aquecimento das vendas de hidratado tem compensa a redução do anidro. No total, as vendas de etanol das usinas do Centro-Sul na primeira quinzena de setembro somaram 1,31 bilhão de litros, ante 1,08 bilhão no mesmo período de 2017. Do início desta safra até meados de setembro, as vendas totais de etanol alcançaram 13,58 bilhões de litros, em alta de 18,08%.

Nesse contexto, as usinas continuam maximizando a produção do biocombustível, que está oferecendo melhor rentabilidade que o açúcar. Ainda segundo a Unica, a produção total de etanol cresceu 6,86% na primeira metade de setembro, para 2,26 bilhões de litros. Na comparação, a de açúcar recuou 31,57%.

No acumulado da safra 2018/19, o processamento de cana ficou marginalmente à frente da moagem da safra passada. Até meados de setembro chegou a 430,35 milhões de toneladas, um aumento de 0,47%. Mas na primeira metade deste mês a quebra da safra, em razão da seca, começou a aparecer. A moagem do período caiu 15,3% em relação ao mesmo período da safra passada, para 38,51 milhões de toneladas.

MME / ASCOM .